



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 13.709-000.619/90-09

2. C C	PUBLICADO NO D. O. U. De 19/07/1993 Rubrica
--------------	---

Sessão de : 25 de agosto de 1992 ACORDÃO N° 201-68.287
Recurso nº: 86.299
Recorrente: CASA DO SOLADO COUROS LTDA.
Recorrida : DRF NO RIO DE JANEIRO - RJ

FINSOCIAL-FATURAMENTO - Recurso que não apresenta documentos que possam reformar a decisão recorrida. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CASA DO SOLADO COUROS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente, o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1992.

Aristofanes Fontoura de Holanda
ARISTOFANES FONTOURA DE HOLANDA - Presidente

Antônio Martins Castelo Branco
ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO - Relator

Antônio Carlos Tavares Camargo
ANTONIO CARLOS TAVARES CAMARGO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 25 SET 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMAO WOLSZCZAK e ROBERTO VELLOSO (Suplente).

ovrs/cl/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 13.709-000.619/90-09

Recurso Nºs 86.299
Acórdão Nºs 201-68.287
Recorrente CASA DO SOLADO COUROS LTDA.

R E L A T O R I O E V O T O

Retorna o presente Recurso de diligência solicitada em sessão de 09 de janeiro de 1992.

Apestando o Acórdão no 104-8.840 do Primeiro Conselho de Contribuintes com relatório e voto do ilustre Conselheiro WALDYR PIRES DE AMORIM, podemos verificar que a ora Recorrente não logrou êxito em seu Recurso ao Primeiro Conselho de Contribuintes em face de não apresentar documentação que comprovasse a sua defesa.

No presente caso a ocorrência é a mesma, não existiram fatos que pudessem elidir a exigência tributária.

Por estes motivos e tomando como base o relatório e voto do Ilustre Conselheiro WALDYR PIRES DE AMORIM.

Voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1992.

ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO